

## I. MEMÓRIA DE REUNIÃO

<b>Data / Horário</b>	29/03/2012 – 20h	
<b>Local</b>	Hotel Forasteiros	
<b>Público</b>	Moradores hospedados nos hotéis Forasteiros e Primavera	
<b>Pauta</b>	Ministério Público: Termo de Ajustamento de Conduta; situação dos moradores e propostas da Santo Antônio Energia	
<b>Participantes</b>	Ivan Silveira	Coordenador Fundiário - SAE
	Juliane Calaes	Coordenadora de Comunicação Social - SAE
	Lilian Campana	Equipe Triângulo - Multiplik
	Naudicélia Assunção	
	Ana Luísa Pereira	
	Soraya Maria	
	Edilânia Arruda	
	Dina Borges	Comunicação Social – CPPT-Cuniã
	Roberian Guedes	
	Ydeiza França	
	Dr. Cleiton Kussler	Consultor Jurídico SAE
<b>Público presente</b>	78 pessoas	

## DESENVOLVIMENTO

A reunião foi aberta pelo Coordenador Fundiário da SAE, Ivan Silveira, que esclareceu que o encontro havia sido agendado para a semana anterior, mas que houve um imprevisto, tendo sido adiado para aquela data.

Em seguida, apresentou a equipe que vai se relacionar com os moradores a partir de então: Lilian, Naudicélia, Ana Luísa, Soraya e Edilânia – equipe que trabalhará diretamente com os moradores do Triângulo.

Dando sequência, apresentou o Dr. Cleiton, consultor jurídico da SAE, a Coordenadora de Comunicação Social da SAE, Juliane, a equipe de Comunicação Social do CPPT-Cuniã, Dina, Roberian e Ydeiza e o cinegrafista, Vilmar.

A partir de então, apresentou a pauta: “Essa é uma reunião de informação sobre a situação atual e o que vai acontecer daqui para frente. Pretende-se que a reunião tenha duração de 1 hora a 1 hora e meia. Será uma reunião objetiva, com espaço para esclarecer as dúvidas de todos. Peço que vocês se atenham aos assuntos da pauta e que observem os temas já abordados e esclarecidos para que a reunião não fique repetitiva. Combinado?” Todos responderam que sim.

Em seguida, Ivan explicou que há um documento-base que vai conduzir todo o trabalho: o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), liderado pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, com a participação de outras instituições, como IBAMA, IPHAN, Defesa Civil, entre outras. Explicou que o documento estabelece as atribuições das instituições envolvidas para tratar da situação dos moradores do Triângulo, que estão em remanejamento provisório. “Esse documento é o que orienta nossas ações. Paralelamente, tem as ações judiciais, que são discutidas em fórum. A condução do nosso diálogo, no âmbito do TAC, será diretamente entre empresa e moradores, individualmente”. Acrescentou que as reuniões vão tratar questões gerais, e que as particularidades serão tratadas caso a caso. Disse, ainda, que os Ministérios Públicos fiscalizarão e a Defesa Civil acompanhará tudo, validando as análises da SAE em relação à condição das moradias (se os locais estão próprios ou não para receberem os moradores de volta). Ivan lembrou que a Defesa Civil foi a responsável pelos relatórios de avaliação, solicitando a retirada das famílias. Disse que havia casas 20 metros distantes do rio que tiveram que ser desocupadas, segundo a avaliação da Defesa Civil.

Dando sequência, Ivan apresentou as atribuições da SAE, segundo o TAC:

1º: remanejamento provisório

2º: ao fim do enronçamento, apresentar, à Defesa Civil e ao Ministério Público, relatório de vistoria das casas e laudo de avaliação técnica elaborado por

engenheiro capacitado. Os documentos apresentarão: as casas que não oferecem risco e que, portanto, já podem ser colocadas à disposição para retorno dos moradores, e as casas que serão interditadas e demolidas.

3º Apenas a partir da entrega e validação do relatório e do laudo, a SAE apresentará as propostas para cada um. “Temos, portanto, a etapa do relatório e laudo ainda”.

Ivan deu continuidade, informando que, após a entrega dos documentos e aprovação pela Defesa Civil, a SAE fará contato com os que poderão voltar. Acrescentou que, segundo levantamento preliminar, esse é o caso de 30 a 40 casas. “Esse número é preliminar. Pode ser mais ou menos, dependerá da Defesa Civil”, enfatizou Ivan.

Acrescentou que, após o contato com os moradores que irão retornar, a empresa vai tratar das propostas a serem apresentadas aos demais. “Como será? É o que está no TAC: indenização em dinheiro ou relocação para moradia definitiva. A SAE vai construir um lugar para onde os moradores irão se mudar? Não. A SAE vai oferecer indenização para repor moradia em condições iguais à anterior, no local escolhido pelas famílias. A outra alternativa é: há cerca de 190 imóveis à venda em Porto Velho (segundo levantamento da SAE). Vamos apresentar um conjunto de imóveis do tamanho original da casa para que vocês possam escolher. Vamos trabalhar com essas duas possibilidades, para atendermos ao TAC. Na medida em que for feito o acerto, vamos cuidar da mudança. Caso sejam identificados problemas nos móveis que estão no depósito, haverá reposição. Essas são as informações sobre como vamos proceder”.

Ivan deu continuidade informando que o próximo passo serão visitas aos moradores, para preenchimento de uma ficha de cadastro. Enfatizou que será uma ficha de cadastro por endereço. “É isso o que faremos nos próximos dias. A equipe responsável pelo Triângulo também fará visitas mais freqüentes. Viremos em horários agendados e não-agendados, para verificarmos o atendimento do hotel com os moradores”. Em seguida, abriu a reunião para perguntas dos presentes:

Sr. Carlos: “O senhor falou que alguns poderão voltar. E quem não quiser? É obrigado? Porque, na minha opinião, viver próximo da Usina é um risco.”

Sr. José Américo: “O senhor falou que há casas que poderão receber os moradores de volta. Temos notícias de que sairá todo mundo da UHE ao Cai N’Água. É verdade? Penso que não devemos chorar pelo leite derramado, nem culpar um ou outro. Aconteceu”.

Sr. Olavo: “Meu pai é ex-ferroviário. Nosso terreno na beira do rio é todo documentado. Como vai ficar nossa situação?”

Ivan iniciou as respostas à primeira rodada de perguntas:

“A SAE apresentará o laudo. A Defesa Civil irá validar ou dar outra opinião. O retorno para as casas que não oferecem risco é importante, até porque ninguém precisaria ter saído dessas casas, mas foi decisão judicial. Então, a SAE vai apresentar o laudo. Se o promotor entender que não há risco, o morador pode voltar. Se o morador será obrigado ou não a voltar, não posso responder. Terá que ser discutido. A SAE avalia como positivo a possibilidade de retorno”.

“Dentro do conhecimento que temos, há um projeto de revitalização para ligar o Complexo da EFMM à Igreja de Santo Antônio. Sabemos que a ocupação se consolidou nesse trajeto. Quem vai decidir e resolver sobre isso é a Prefeitura Municipal”. O senhor José Américo complementou informando que soube que houve repasse de verba da SAE para a Prefeitura para esse fim. Ivan respondeu que não houve repasse de verba da SAE para a Prefeitura.

“Com relação aos terrenos com escrituras, todos os documentos serão analisados no âmbito da negociação”.

Segue nova rodada de perguntas:

Sr. André Lúcio de Oliveira: “Quero falar sobre o constrangimento que eu passei. O carnaval, para mim, é trabalho. Minha casa é o Museu das Fantasias. Além disso, eu gastava R\$ 3,00 de combustível. Hoje gasto R\$ 50,00”.

Ivan: “Sobre a questão do transporte, a SAE fará um cadastro para distribuição do passe. Com relação a transporte individual, ainda não está definido. Temos que discutir. Não tenho como garantir reposição. Temos que conversar com MP”.

Sra. Palmira Lemos da Silva: “O senhor sabe que não pedi para sair de lá. Para mim, ficar no hotel é uma cadeia, uma humilhação. E como vai ficar a situação dos pescadores? Eu vou voltar para um local onde não poderei colocar minha canoa?”

Como poderei pescar com tantas pedras? Do que vamos viver? Minha casa tem 10 compartimentos. Tenho 8 filhos com famílias”.

Sr. Agel Vale: “E as casas que tiverem condições para retorno dos moradores, mas foram danificadas pela balsa? Como ficará essa situação?”

Sra. Elissandra Lopes: “Estamos sendo maltratados pelos funcionários. Fui agredida por palavras por um deles. A comida foi boa no primeiro dia. Agora está ruim. Tenho filho adolescente, que precisa se alimentar bem. Minha filha ia a pé para o curso. Agora tenho que gastar R\$ 5,60 por dia”.

Ivan: “Vamos levantar o número de pescadores. A primeira situação, como disse, é o retorno para o local. ‘Mas e as pedras? Como vou subir, como vou descer, como vou guardar minha canoa?’ Precisaremos conversar um a um. Temos que ver, também, como ficou cada casa. Será feito um laudo de vistoria, levantando a necessidade de pequenas reformas e reparos. Tudo será avaliado caso a caso, com acompanhamento dos Ministérios Públicos. ‘Poderei, com o dinheiro da indenização, construir no mesmo terreno onde a casa foi demolida?’ Não sei responder. A SAE não poderá. Sobre os hotéis, amanhã já vamos ter uma conversa séria com os responsáveis pelo hotel. A SAE está pagando por essas hospedagens. E não é pouco. Vamos exigir qualidade. Alimentação e horários devem ser adequados”. Ivan acrescentou que o Hotel Primavera será o primeiro a ser contactado e lembrou que, da mesma forma, o tratamento do hóspede com o funcionário também deve ser cortês.

Sra. Floriza Santos Sá: A moradora apresentou reclamações sobre o papel higiênico, horários e qualidade das refeições. “Eles ainda reclamam quando a gente reclama”.

Sr. Jaime Correia: “Há muitas crianças sem local para brincar, sem lazer”.

Sr. Adonias Lemos da Silva: “Por que estamos passando por isso? Não somos piores que os outros, que ganharam casa, conforme o tamanho da família, além de outros benefícios”.

Ivan: “Sobre o hotel, repito que a SAE tomará medidas amanhã no Hotel Primavera. Os demais hotéis também serão visitados”.

Nesse momento, o consultor jurídico da SAE, Dr. Cleiton, pediu a palavra para responder a um questionamento feito pela moradora Marina Moraes diretamente a uma agente de comunicação. Ela diz que assinou procuração para seu advogado e

quer saber como proceder. Dr. Cleiton responde que se os moradores quiserem que seus advogados participem da negociação, não há nenhum impedimento.

A moradora pede a palavra para esclarecer melhor sua dúvida:

Sra. Marina Moraes: “O que quero dizer é que não podemos tratar diretamente com a empresa, como o senhor Ivan propôs no início da reunião, pois temos contrato com advogado, com multa. Se não fosse pela ação cautelar do advogado, a gente não teria saído de lá. Vocês têm ciência de que temos advogado e não o convocaram para a reunião”.

Dr. Cleiton: “A SAE não tem nenhuma restrição quando à participação de advogados no processo de negociação. Vocês devem avisá-los sempre que houver reunião. A SAE também pode convidá-los diretamente de vocês assim preferirem”.

Sra. Marina Moraes: “Por que só temos direito à casa ou a indenização?”

Ivan: “Quem estava acima da barragem fez parte do processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, tendo como base o Programa de Remanejamento da População Atingida, validado pelo IBAMA, por meio da concessão da Licença de Instalação. Há várias diretrizes específicas dentro desse processo de licenciamento ambiental. O caso do Triângulo não está no âmbito do licenciamento – trata-se de uma responsabilidade atribuída à SAE pela aceleração de um processo de erosão já existente, de acordo com o TAC. É diferente do sitiante que tem sua terra requisitada para formação do lago. Então, no caso do Triângulo, de acordo com o TAC, que orienta as ações da SAE para essa localidade, é ‘casa por casa’. Em relação à convocação dos advogados, não fizemos convite direto, pois é uma reunião aberta, mas não há problema algum em convidá-los diretamente nas próximas reuniões”.

Sr. José Américo: Solicitou que reforçassem a divulgação do nome da equipe que vai lidar diretamente com os moradores do Triângulo e os telefones de contato.

Ivan: Repetiu os nomes e telefones: Lilian; Ana Luísa; Naudicélia; Soraya e Edilânia - 0800 647 6162; 3216-1600 (geral) e 3216-1692 (equipe Triângulo).

Nesse momento, o Sr. Olavo disse que acabara de ligar para seu advogado, que o informou que não foi convidado para a reunião e que a SAE colocou impedimentos para sua participação.



## **REGISTRO DE REUNIÃO**

Ivan reiterou com veemência que não houve impedimento para a participação de advogados e que, a partir de agora, eles serão convidados diretamente.

Uma última pergunta, feita por escrito, sobre o aumento do gasto com transporte para cursos foi respondida pelo Ivan: “Essa questão do transporte será resolvida com o passe.”

Não havendo mais perguntas, a reunião foi encerrada.

II. LISTA DE PRESENÇA



SANTO ANTÔNIO ENERGIA  
LISTA DE PRESENÇA

Data: 29/03/2012

Horário: 20hs

Local: Salão do Hotel Forasteiro

Pauta: Ministério Público – Termo de Ajustamento de Conduta; Situação dos Moradores e Propostas da Santo Antônio.

	Nome
1.	Fernando Suconada Filho
2.	AMARILDO GOMES NOGUEIRA
3.	Raimunda dos Santos de Oliveira RA
4.	Glória Lopes Luna
5.	Edy Rêis Luna
6.	Adriana Gomes da Silva
7.	Sueli da Silva Gabriel / Priscila Carolina Oliveira
8.	Sergio Lopes da Silva
9.	Wagner Reis Luna
10.	Leidiane Reis Luna
11.	Edy Sônia dos Reis Luna
12.	Jenivaldo dos Reis Luna
13.	Emília da Reis Luna
14.	Elidângela Reis Luna
15.	Verediane Reis Luna
16.	Adriana Gomes DA SILVA
17.	Terezinha Luna Souza Lopes
18.	Almeida & Passos
19.	Quirina Soares Mesquita

20.	Lairiam Barbosa dos Santos
21.	Rosilvia P. de Lima
22.	DEJANEO FORTAPO PASSOS
23.	Kamilo Espinosa
24.	Adriano da Silva (Adrião)
25.	Buchan de Oliveira Brito
26.	José S. Gabriel
27.	Elenilde Teixeira Ribeiro
28.	Celso de Souza Silva
29.	Adrielle Barbosa Franco
30.	Elisandra Lopez Ferraz Almeida
31.	Marc Helio Pinto Beliquio
32.	Vandirlei P. de Assis
33.	Adriano Carlos F. de Silva
34.	Marina Moraes Alves da Silva Pantoya
35.	Fernando Barbosa de Lira
36.	Imadice Nascimento Braga
37.	Eraniel da Costa
38.	Poliana L. A. Araújo
39.	Waldemar Teixeira Batista
40.	Luiziana dos Santos de Sá
41.	Jarides
42.	Assisaldo
43.	Floriza Santos Sá
44.	Renato Campos de Sá
45.	Roselide Santos de Sá

46.	Érica Anunciação da Silva
47.	Maiara Assunção da Silva
48.	Maiara Assunção da Silva
49.	Edilene de São Beata
50.	Maíra de São Beata
51.	Marcelo Gomes Siqueira
52.	André Amorim
53.	Maria de Fátima dos A. Santos
54.	Mauro Augusto Ramos
55.	Francisco de Assis da Silva
56.	Julio Gomes da Silva
57.	Maria Edsonia da Silva Oliveira
58.	Maria Lindaura da Silva
59.	João Carlos de Araújo
60.	Elizângela da Silva Gabriel
61.	Cristina Cilene Mendes de Jesus
62.	Marina Ferreira Paleta da Silva
63.	Hanna de Jesus Vale da Silva
64.	Josef Américo dos Santos
65.	Roberto Vale da Silva
66.	Agel Vale da Silva
67.	Libertino Silva de Oliveira
68.	Talita Machado Micamira
69.	Renan Costa da Silva
70.	Francisca da Rocha da Silva
71.	Martina da Silva Gabriel

72.	
73.	Edson Ramos de Castro
74.	Andrey Lúcio de Oliveira
75.	Luiza Regina Farias do A. Souza
76.	Johanny Hanyuan L. da Silva
77.	Alecom Jones da Silva
78.	Monica Raaba da Silva
79.	
80.	
81.	
82.	
83.	
84.	
85.	
86.	
87.	
88.	
89.	
90.	
91.	
92.	
93.	
94.	
95.	
96.	
97.	

III. REGISTRO FOTOGRÁFICO

